

SESSÕES DO PLENÁRIO

89ª Sessão Ordinária da Assembléia Legislativa do Estado da Bahia, 16 de outubro de 2008.

PRESIDENTE: DEP. MARCELO NILO

1º SECRETÁRIO: DEP. JOÃO BONFIM *AD HOC*

2º SECRETÁRIO: DEP. ADERBAL FULCO CALDAS “4º SECRETÁRIO”

À hora regimental verificou-se na lista de presença o comparecimento dos seguintes senhores Deputados: Aderbal Fulco Caldas, Adolfo Menezes, Álvaro Gomes, Ângela Sousa, Ângelo Coronel, Antônia Pedrosa, Bira Corôa, Capitão Tadeu, Carlos Ubaldino, Clóvis Ferraz, Edson Pimenta, Eliedson Ferreira, Elmar Nascimento, Emério Resedá, Euclides Fernandes, Ferreira Ottomar, Getúlio Ubiratan, Gilberto Brito, Gildásio Penedo Filho, Heraldo Rocha, Isaac Cunha, Ivo de Assis, João Bonfim, Joécio Martins, José Nunes, Jurandy Oliveira, Leur Lomanto Júnior, Luciano Simões, Luiz Augusto, Luiz de Deus, Marcelo Nilo, Maria Luiza, Marizete Pereira, Misael Neto, Paulo Azi, Paulo Câmera, Paulo Rangel, Reinaldo Braga, Roberto Carlos, Rogério Andrade, Ronaldo Carletto, Sandro Régis, Sérgio Passos, Virgínia Hagge, Waldenor Pereira, Yulo Oiticica e Zé Neto (47).

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- A Secretaria da Mesa informa que há número legal.

Invocando a proteção de Deus, declaro aberta a sessão.

Solicito ao Sr. 1º Secretário proceder à leitura do expediente.

(O Sr. 1º Secretário *ad hoc*, deputado João Bonfim, procede à leitura do expediente.)

OFÍCIOS

Do Dep. Eliedson Ferreira, comunicando sua ausência na sessão do dia 22/09/2008, devido a compromissos assumidos no cumprimento do mandato parlamentar.

Do Dep. Adolfo Menezes, comunicando sua ausência nas sessões dos dias 04, 18 e 27/08 e 01 e 09/09/2008, devido a compromissos assumidos no cumprimento do mandato parlamentar.

PEQUENO EXPEDIENTE

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Pequeno Expediente.

Com a palavra o deputado Clóvis Ferraz, pelo tempo de até 5 minutos.

Convido a deputada Virgínia Hagge para presidir a sessão, para que eu possa ausentar-me.

Registro também a presença do deputado Gildásio Penedo, sempre assíduo nesta Casa, que chegou com 1 minuto de atraso, mas chegou.

O Sr. CLÓVIS FERRAZ:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas, alegra-me que nesta quinta-feira tenhamos quórum para que possamos dar continuidade aos debates na Assembléia Legislativa do Estado da Bahia.

Voltamos a falar sobre o não-atendimento pelo governador Jaques Wagner aos pleitos das diversas categorias de funcionários que têm reivindicado e “participado” da mesa de negociação dos funcionários públicos: os policiais, os delegados da Polícia Civil, os defensores públicos e os professores das universidades estaduais.

Ontem foi o Dia do Professor. Já parabenizamos ontem essa categoria sofrida, na qual me incluo com muita honra, que tem sido maltratada por este governo.

Inicialmente, o governador Jaques Wagner abriu uma mesa de negociação, que, hoje, está sendo chamada de mesa de enrolação. Não sou eu quem diz isso. Aliás, em matéria de enrolação, o PT tem doutorado, não só nas negociações com as diversas categorias de funcionários, mas também no desenvolvimento dos programas.

Falei aqui do programa Prodecar, que virou Terra de Valor. Passaram-se 2 anos de governo e o programa não deslanchou. Criado no governo de Paulo Souto, o programa tem a filosofia do desenvolvimento sustentável do Semi-Árido, e agora foi relançado.

Pasme, deputado José Nunes, havia R\$ 31 milhões para serem aplicados no programam em 2007 e não foi aplicado um tostão sequer. V.Ex^as utilizaram apenas R\$ 2 milhões de uma conta especial para mudar o nome do programa.

A denúncia é da auditoria do Tribunal de Contas do Estado. Trago-a para V.Ex^a, deputado Waldenor Pereira. V.Ex^a não estava aqui ontem quando a li. Estavam previstos R\$ 31 milhões no Programa Operativo Anual - POA de 2007.

E não foi aplicado. Tanto assim que teve auditoria e é motivo de denúncia contra o presidente da CAR, o diretor executivo da CAR exatamente porque não aplicou. Está voltando ao passado, deputado Waldenor, quando no governo de Waldir Pires esses programas, por exemplo, que depois virou PAP, era a CAR; Programa de Apoio ao Pequeno Produtor Rural, que virou o Programa Produzir, gastava-se, e o deputado Paulo Câmara não está aqui presente, mas pode ser uma testemunha, e nós quando chegamos à CAR, apenas 40% chegava à ponta, ou seja, o produtor, porque o recurso era todo envolvido em fazer reuniões, lavagem cerebral dos produtores, associações etc.

Está voltando a mesma coisa. O programa passou um ano somente fazendo reuniões e não chegou nada para o produtor. Os programas, no governo de Waldir Pires, eram a mesma coisa também. Os programas sociais, os programas de desenvolvimento

social, todos eles passavam o tempo todo, isso eu sou testemunha, porque quando nós chegamos à CAR, o PAP – Programa de Apoio ao Pequeno Produtor Rural – fizemos levantamento e apenas 40% do recurso que vinha do Banco Mundial e do governo do Estado era repassado para o produtor na ponta, porque o resto ficava todo na atividade - meio, somente através de reuniões, reuniões. Nisso o PT tem doutorado... fazer reunião. Agora, na questão operacional, aí já é outra história.

Esperamos que realmente seja retomando, é um programa de alcance social – Programa Terra de Valor – que era Pro-gavião, mudou para Prodecar e este governo mudou o nome para Terra de Valor, gostou R\$ 2 milhões só para mudar o nome, porque os R\$ 31 milhões não foram aplicados no que devia, que eram nas ações lá no campo para aumentar a renda do produtor rural. É isso que queremos. Não estamos aqui... Quem fez a denúncia foi o Tribunal de Contas do Estado. Nós apenas estamos falando que o governo devia retomar esse programa. Parece que vai retomar agora. Esperamos que sim e desejamos que sim.

Soube, hoje, que o secretário de Desenvolvimento e Infra-Estrutura, ex-deputado Edmon Lucas, falou que vai retomar o programa agora. E falamos que seja feito isso para o bem dos produtores rurais dos 34 municípios que são atendidos pelo programa.

Muito obrigado, Sr. Presidente, Srs. Deputados.

(Não foi revisto pelo orador.)

A Sr^a PRESIDENTE (Virgínia Hagge):- Com a palavra o deputado José Nunes pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. JOSÉ NUNES:- Sr^a Presidente, Srs Deputados, Sr^{as} Deputadas, assisti atentamente ao discurso do nobre deputado Clóvis Ferraz que falou da questão do Terra de Valor.

O Terra de Valor é um programa que, na verdade, não deslanchou, na nossa avaliação, em função da falta de interesse do governo do Estado em revolver o problema. Haja vista que os recursos foram levantados pelo governo anterior, pelo governador Paulo Souto que assinou, mesmo depois da sua eleição não vitoriosa, o convênio com o FITA – Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrário – e deixou esse recurso já alocado, inclusive, no banco. E, decorridos quase dois anos, o governo, infelizmente, nada fez para realmente atender às necessidades do homem do campo. É uma vergonha o governo iniciar com recurso em caixa e nada fazer para deslanchar um programa tão importante como é o Terra de Valor.

Veja, por exemplo, nobre deputado Waldenor Pereira, o Tribunal de Contas do Estado já está reclamando do governo, porque, na verdade, nada faz com esses recursos e aplicou apenas, segundo o Tribunal de Contas do Estado 7,31% dos recursos previstos para 2007. Esse valor parece-me que foi somente com reuniões em diversos municípios e nada acontece de efetivo na área de investimento, de forma que isso deixa claro que o governo não tem interesse em nada fazer nos dois primeiros anos.

É como dizem, deputado Clóvis Ferraz, será que o governo pensa somente em eleição e está deixando para aplicar esses recursos, o Prodecar. Inclusive o Tribunal de Contas do Estado ainda se refere à Prodecar, ao invés de Terra de Valor, porque foi o

nome inicial dado pelo governo Paulo Souto, que ele idealizou e lançou.

Tive o prazer de estar presente na governadoria quando esse programa foi lançado, e o governador Paulo Souto fez questão de dizer que não daria início às obras porque na verdade já estava no final do ano – novembro e dezembro – e que deixaria para que a partir de janeiro o governador eleito pudesse dar início às obras.

A única novidade que apareceu nesse programa foi a mudança do nome para Terra de Valor, nome que parece não ter sido ainda reconhecido pelo Tribunal de Contas do Estado, no seu relatório está ainda como Prodecar. Não sei se V.Ex^a atentou para isso, que no relatório do Tribunal de Contas do Estado ainda consta como Prodecar. Mas com um nome ou outro o certo é que infelizmente não funcionou, gerando uma expectativa muito grande em todo o estado principalmente no Semi-Árido.

Quero lembrar que o Prodecar foi idealizado em função de um projeto bem sucedido na região sudoeste, o Pró-Gavião, que V.Ex^a, deputado Clóvis Ferraz, acompanhou de perto, e eu que também tenho uma atuação política no sudoeste vi esse projeto que funcionou muito bem gerar emprego e renda para a comunidade rural daquela região. Conversei com o governador Paulo Souto e pedi que um projeto semelhante fosse desenvolvido na região nordeste, e o governo à época, Paulo Souto, o considerou bom, concebeu a idéia e o encaminhou para esta Casa, tendo sido aprovado, e o governador efetivamente assinou o convênio na Itália no mês de novembro, lançou o programa e até hoje nada aconteceu.

Para concluir, deputado, esperamos que o governo do estado possa com esses recursos parados há mais de 2 anos – porque no próximo mês de novembro completaremos 2 anos que os recursos foram depositados na conta do estado – efetivamente deslançar esse programa que é muito importante para a geração de emprego e renda na região do semi-árido da Bahia.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Virgínia Hagge):- Com a palavra o deputado Gildásio Penedo Filho pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. GILDÁSIO PENEDO FILHO:- Sr. Presidente, Srs. Deputados e Deputadas, senhores da imprensa o governo republicano quando, de certa forma, se vê cobrado pela opinião pública ou, às vezes, pelo próprio papel do legislador, no caso muito especial da Bancada da Oposição, começa, talvez por faltarem justificativas para defender a realidade dos fatos, a apresentar determinadas situações, colocando que a Oposição não traz a verdade nas suas acusações.

Temos dito aqui, deputado Clóvis Ferraz, que a Bancada da Oposição tem buscado fazer um trabalho extremamente sereno nesta Casa, responsável, fiscalizador, vigilante, mas acima de tudo contributivo. Quando as críticas são apresentadas nesta Casa não têm senão o propósito maior de chamar a atenção para os equívocos do governo, deputado Zé Neto. A Oposição, desde o ano passado, quero me ater neste momento a este ponto especial, vem direcionando duras críticas ao que chamamos de

letargia governamental. O governo Jaques Wagner tem se notabilizado pela inanição administrativa, deputado João Bonfim. Dinheiro não há de se reclamar nesta gestão. Os superávits financeiros, deputado Zé Neto, a cada dia se confirmam. Dinheiro não é problema para esse governo. Dinheiro existe, e existe em demasia. O que está faltando, deputado Zé Neto, é competência administrativa.

(O Sr. Zé Neto fala fora do microfone.)

O Sr. GILDÁSIO PENEDO FILHO:- V.Ex^a me preocupa com uma declaração dessas. Ele disse aqui, e não faz questão de esconder, que nos próximos dois anos as coisas mudarão. É essa a demonstração do governo que, mesmo com o sacrifício das vidas de baianos que estão morrendo nas filas dos hospitais, de baianos, deputada Virgínia Hagge, que estão morrendo com o aumento exacerbado da criminalidade, elege a sua prioridade: guardar o dinheiro para fazer política no projeto político da reeleição. É essa, deputado Zé Neto, a sua demonstração do poder pelo poder, deputado Roberto Carlos, mesmo que isso custe a vida de milhares de baianos, de dezenas de policiais militares e civis que estão morrendo no enfrentamento da criminalidade, porque o Estado não os dota de condições adequadas.

É essa a explicação do deputado Zé Neto, “vamos juntar o dinheiro, guardar os recursos para tentar comprar a consciência do povo baiano nas vésperas das eleições”. Vão fazer, deputada Maria Luiza, o que o PT fez com o prefeito João Henrique: usou e abusou por três anos e meio, detentor que foi dos principais cargos e das principais secretarias do municipais, e na hora, deputado Clóvis Ferraz, em que chegam as eleições, que o poder se avizinha, o Partido dos Trabalhadores dá essa explicação que o deputado Zé Neto acaba de trazer a esta Casa. Não é novidade, deputado Zé Neto, V.Ex^a está sendo correto com sua consciência e com o pensamento político do seu partido, que só visa ao poderio político. É isso que a Bahia presencia ao ouvi-lo aqui dizer: “Vamos juntar o dinheiro para poder usá-lo na época das eleições”.

Deputado Zé Neto, a sua transparência choca. A sua transparência nos intimida, deputado Zé Neto. A sua transparência nos cala. É isso aí, é esse o projeto político do PT, abarrotar os cofres, deputado Isaac, para utilizar na época eleitoral. É isso que diz o deputado Zé Neto, até porque quem fala em omissão, em letargia do governo não é somente o deputado Gildásio Penedo. Aqui, está, e é bom que a Bahia e os baianos tomem conhecimento, um documento do Tribunal de Contas do Estado, que faz duras críticas à execução orçamentária de um programa importante, o Prodecar, hoje, Terra de Valor. No ano de 2007, mesmo com recursos da ordem de mais de 30 milhões de reais, o governo gastou apenas 7% em reuniões e propagandas.

É essa a farsa que o próprio Tribunal de Contas vem ratificar e que a Oposição vem dizendo, é um governo inerte, omisso e letárgico e que já tem uma motivação, deputado Zé Neto, como diz V.Ex^a, vamos juntar o dinheiro, mesmo que seja com o sacrifício de vidas de pessoas que estão morrendo nas filas dos hospitais, do policiais militares e civis que estão morrendo, porque o que interessa ao PT é o projeto político, é guardar o dinheiro para utilizar somente na época eleitoral, para tentar comprar a consciência do povo baiano.

A Sr^a PRESIDENTA (Virgínia Hagge):- Para concluir, deputado.

O Sr. GILDÁSIO PENEDO FILHO:- Parabéns pela sua declaração, deputado Zé Neto, mas a transparência de V.Ex^a nos choca neste momento. Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

A Sr^a PRESIDENTA (Virgínia Hagge):- Convido o deputado Joélcio Martins a compor a Mesa para que o deputado Aderbal Caldas possa fazer uso da palavra pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. ADERBAL FULCO CALDAS:- Sr^a Presidenta, Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas, trago neste momento um projeto de lei que ora apresento:

“Dispõe sobre a disponibilização e a utilização de aparelho desfibrilador convencional ou externo automático - DEA, em todos os locais, públicos ou privados, onde circulem, diária ou periodicamente, número igual ou superior a um mil e quinhentas pessoas.”

Projetos dessa natureza já existem em outros Estados, a exemplo de São Paulo. Como o tempo de que dispomos é pouco, vou deixar de ler no projeto, seus artigos e parágrafos e passo a ler a Justificativa:

“Justificativa

A pronta instituição das manobras de reanimação cardiopulmonar (RCP) e o uso do desfibrilador externo automático (DEA) por profissionais não médicos têm se mostrado altamente eficazes no atendimento de vítimas de parada cardiorrespiratória (PCR) intra-hospitalar.

No que diz respeito ao desfibrilador externo automático, é um aparelho que possibilita a ressuscitação cardíaca, utilizado no Suporte Básico de Vida, podendo ser utilizado até por leigos. Na hipótese de o coração da vítima apresentar condições para a sua desfibrilação, ou seja, quando o coração não está funcionando como bomba cardíaca e, em geral, nessa situação se encontra apenas "tremendo", é possível, por meio de choques elétricos disparados pelo operador, por intermédio do desfibrilador, parar o coração propiciando-lhe a chance de voltar a bater novamente.

A administração pública direta e indireta deve proporcionar o envolvimento da sociedade, cada vez mais, em programas de treinamento para o aprimoramento do maior número de pessoas que possam prestar os devidos socorros durante o Suporte Básico de Vida.

Neste aspecto, tornar popular a desfibrilação externa automática se faz necessário e urgente, pois, na atualidade, a difusão dos conhecimentos do Suporte Básico de Vida em nosso Estado é muito restrita aos profissionais da área de saúde, devido a seu alto valor comercial.

Os alunos pagam caro por isso e os centros de treinamento ainda são muito poucos, sendo somente médicos, os seus diretores e credenciadores, o que restringe o número de pessoal habilitado e, conseqüentemente, limita o número de socorristas na sociedade e no salvamento de vidas.

Não há motivos para tal restrição, porque o uso dos DEA é simples, bastando para tanto a promoção de cursos de poucas horas.

Basta verificarmos as referências americanas onde, crianças em idade escolar, leigos treinados, policiais, etc., tem a capacidade de operar o aparelho.

O assunto no ponto de vista legal, a Constituição Federal, em seu artigo 24, estabelece que 'compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre proteção e defesa da saúde'.

No artigo 196, também da CF/88, determina expressamente que 'A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação'.

Essas são as razões fundamentais e justificativas que me levam a propor as disposições legais que ora submeto à elevada consideração de Vossas Excelências, consubstanciadas neste projeto de lei.”

Este é um projeto bastante importante, por isso peço a atenção dos nobres colegas para a sua aprovação. É do mais elevado valor no que se refere à proteção da saúde e ao salvamento de vidas. Além disso, já há precedentes em outros estados. Portanto, mister se faz que o aprovemos para que locais freqüentados diariamente por mais de 1,5 mil pessoas disponham desse aparelho que poderá salvar muitas vidas.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Virgínia Hagge):- Com a palavra o meu amigo deputado Zé Neto pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. ZÉ NETO:- Sr^a Presidente, Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas, deputado Gildásio Penedo, quero dizer-lhe que realmente os próximos 2 anos – deputado Waldenor Pereira, confirme o que vou dizer – serão os melhores da história do Estado da Bahia no que tange à administração, recursos e convênios, com uma máquina enxuta, bem administrada, estável e sem as velhas maracutaías que durante muito tempo fizeram parte da vida do povo baiano.

Deputado Gildásio Penedo, já passou o tempo daqueles rombos na Ebal e na Bahiatursa, respectivamente, de R\$ 620 milhões e R\$ 278 milhões. Agora não há mais os rombos de R\$ 200 milhões na Saúde e os deixados pelo chamado G-8.

E quando V.Ex^a toca no assunto dos policiais civis e militares, é bom lembrar de que o seu governo os deixou ganhando abaixo do salário mínimo. E não é só isso, deixou os delegados com os piores salários do Brasil. Enfim, deixou os profissionais da Segurança Pública a ver navios nas negociações.

Mas não se preocupe, deputado Gildásio Penedo, agora em dezembro vamos colocar 3,2 mil novos policiais nas ruas; em 2 anos demos um aumento aos policiais civis e militares – acabando aquela vergonha de eles ganharem abaixo do salário mínimo – de mais de 22%, quando a inflação alcançou 7.7. Ainda quero dizer a V.Ex^a que, hoje, todos os policiais que atuam em cidades com a população acima de 50 mil habitantes recebem também o auxílio-alimentação. Deputado Waldenor, falta muito o que fazer. Temos uma grande tarefa. O que essa turma, a turma do deputado Gildásio Penedo, fez com a Bahia, infelizmente, não somos mágicos para resolver em apenas 2

anos. Não se preocupe, deputado Gildásio Penedo, os próximos 2 anos, serão os melhores da história da política Baiana, com Lula, Wagner, o governo assentado, as políticas públicas adequadas, o G-8 fora do circuito e Pinheiro prefeito!. V.Ex^a tenha certeza que teremos os melhores anos da história da política da Bahia.

Para se ter uma idéia, até o ano de 2010, teremos um investimento de quase R\$14,2 bilhões na Bahia, entre Programas do Estado e Programas Federais. Já começamos uma revolução na vida dos baianos no que diz respeito à saúde, em todos os seus aspectos. Quando escuto V.Ex^{as} falarem aqui da saúde me dá calafrios! Encontramos um caos! E hoje, V.Ex^a tenha certeza, estamos de vento em popa, vela para cima e o barco está navegando como nunca!

Quando V.Ex^a se refere a situação da saúde em Feira de Santana, não conhece. Nós ampliamos 60 leitos em menos de 1,5 ano. Passamos 20 anos, deputado Waldenor, sem criar nenhum. Fizemos 60! Encontramos 10 leitos de UTI, e agora temos 26. Temos 12 leitos parados no Hospital Dom. Pedro de Alcântara, restando àqueles que tenham o bom senso, fazê-los funcionarem. Esta semana já inauguramos um novo tempo na saúde: criamos o internamento hospitalar domiciliar. V.Ex^a pode ficar tranqüilo, vai ter muito cabelo a perder, que se irritar, espernear, mas o *jus esperniandi* é o que resta àqueles que foram derrotados nas urnas, pois de 153, hoje são 43 prefeitos. E aqueles que vêm aqui, ainda tentando factóide para fazer política.

Para finalizar, Sr. Presidente, digo com tranqüilidade: podem ficar tranqüilos! Vão ter muito o que espernear nos próximos 2 anos, pois serão os melhores da história da Bahia!. Trabalhamos muito para isso! Saneamos, arrumamos as contas para gerar renda e desenvolvimento para esse Estado. Vamos de vento em popa com a Oposição esperneando, porque estamos progredindo.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Virgínia Hagge):- Com a palavra o deputado Gilberto Brito pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. GILBERTO BRITO:- Minha estimada Presidente, deputada Virgínia, a Casa fica enriquecida com a sua presença no comando dos trabalhos, mesmo que *ad hoc*. É um prazer tê-la de volta depois de uma contenda política em Itapetinga, onde, infelizmente, o nosso querido Michel não foi vitorioso. Contudo deixou ali a marca da sua decência, honra, dignidade e os seus exemplos.

Retorno a esta tribuna, deputado Ottomar, para falar-lhes de um assunto de certa relevância. Na penúltima vez que estive aqui, comentei a respeito de uma visita ao diretor do Detran, a quem levei uma sugestão e depois formalizei, deputado João Bonfim, para que contratem técnicos para ministrarem as aulas teóricas, realizadas desde então, pelas auto-escolas particulares.

Então, deputado Roberto Carlos, o Detran assim fazendo, sobretudo naquelas cidades desprovidas de Siretran e, por via de regra, de auto-escola, vai minimizando o custo e aqueles sem condições financeiras poderão ter não somente atenuado o custo para obtenção da carteira de motorista, como também farão o curso dentro da sua terra

natal, da sua cidade, junto à sua família, na sua residência.

Hoje, volto com outra proposição, também visando as questões do Detran. Qualquer projeto de sinalização de um centro urbano, hoje, não fica por menos de 100 mil reais, ou seja, a concretização de uma sinalização de uma cidade pequena não fica por menos de 100 mil reais, até porque isso engloba um estudo e um projeto feito, via de regra, por uma empresa particular.

Sugeri ao diretor-geral do Detran que chame um engenheiro de trânsito do próprio Detran e convide os engenheiros dos diversos municípios para serem orientados na forma de processar a sinalização urbana de uma cidade do interior. Isso fará com que o custo seja reduzido de forma substancial; evidentemente que o município pobre terá uma redução significativa nos seus gastos, podendo investir em outras ações. Uma cidade do porte, por exemplo, de Maracás, a previsão de um projeto talvez fosse da ordem de 180 a 200 mil reais, para sinalização de uma cidade daquela, feita pelo Detran. Se o Detran ministrar as aulas, através de um engenheiro de trânsito aos técnicos de um município ou de todos os municípios, o custo vai cair substancialmente e teremos não somente segurança no trânsito de cada cidade, mas viabilizaremos um meio seguro para que se reduza o custo em prol do bem-estar da comunidade.

O diretor do Detran acolheu a nossa proposta, espero que ela seja, em logo, colocada em prática, até porque sentimos dificuldades, às vezes, em fazer com que as nossas proposições, relativas aos projetos de lei, sejam apreciadas nas comissões e também no Plenário, o que dificilmente acontece, e quando o fazemos por intermédio das indicações a coisa flui mais naturalmente, não só porque intercedemos diretamente junto à autoridade a quem indicamos aquela proposição, como poderemos entrar diretamente em contato com o objeto do nosso intento.

Então, espero que o Detran concretize essa nossa proposição, que os técnicos e engenheiros de cada município venham, sejam submetidos às orientações técnicas de um engenheiro de trânsito pago pelo Detran, e isso facilitará bastante, deputado Waldenor, para que haja uma redução de custo, conforto, garantia e segurança de todas as comunidades no interior do nosso Estado.

Era o que eu tinha a dizer, minha querida presidente, deputada Virgínia Hagge e externar, mais uma vez, a minha satisfação em vê-la presidindo os trabalhos, recomposta na sua saúde, trazendo tranquilidade e bem-estar para nós todos.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

A Sr^a PRESIDENTE (Virgínia Hagge):- Com a palavra o deputado Heraldo Rocha pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. HERALDO ROCHA:- Sr^a Presidente, deputada Virgínia Hagge, que nos honra presidindo esta sessão, tele-ouvintes da TV-Assembléia, radioouvintes da Rádio Oposição, internautas que acessam o nosso site www.heraldorocha.com.br, minhas senhoras e meus senhores, meu querido Wanderley, liderança política de Itambé e, particularmente, de São José do Colônia, é uma honra tê-lo aqui entre nós, participando desta sessão.

Mas, Sr^a Presidente, senhoras e senhores deputados, o nosso secretário da Saúde do Estado, ao invés de estar preocupado com a morte dos pacientes nas filas dos hospitais, está fazendo política em Salvador.

Na coluna do blog de *Bahia Notícias*, do conceituado jornalista Samuel Celestino, o secretário estadual da Saúde, Jorge Solla, rebateu as críticas da campanha de João Henrique sobre a participação dos ex-secretários petistas Luís Eugênio Portela e Carlos Alberto Trindade, na administração municipal.

Ora, Sr. Secretário, vá cuidar da saúde do povo da Bahia! Quem matou Neylton? Quem foi que o matou e por que ele morreu dentro da Secretaria Municipal da Saúde? De quem é a responsabilidade pela morte do funcionário que descobriu as falcatruas dentro da secretaria, deputado Ottomar?

Por que os postos do Saúde da Família em Salvador estavam fechados? Por que os pronto-atendimentos da cidade também estavam fechados? Porque não havia médicos nesses postos, seja nos ambulatórios, seja nos pronto-atendimentos!

Por que trocaram o secretário José Eugênio Portela e o Carlão, Carlos Trindade? Porque eram incompetentes. Porque não gestavam a administração de Saúde Pública e de Saúde desta capital.

E vem V.Ex^a, de uma forma pequena, dizer que a saúde de Salvador vai bem?! Pergunte ao povo soteropolitano, aos pobres, aos negros, aos que moram na periferia como é que está a saúde de Salvador. Um caos! Denunciei ao Ministério Público do Estado que as emergências dos hospitais estaduais estão lotadas e que as ambulâncias do SAMU 192 estão paradas nas portas dos hospitais.

Esta semana dois pacientes baleados ficaram circulando por Salvador, na ambulância do SAMU 192, e não tiveram atendimento médico. Mas graças à administração competente do atual secretário municipal da Saúde, meu colega ex-presidente da Associação Bahiana de Medicina, uma das maiores autoridades em hemodinâmica deste País, quicá do mundo, José Carlos Brito, a situação da saúde neste município está se recuperando. Sei do trabalho excelente desse nosso secretário. E o prefeito, numa atitude sábia - e eu dizia muitas vezes à deputada Maria Luiza: "Mande João Henrique demitir esses secretários do PT, que estão destruindo a sua administração." -, felizmente os demitiu porque eles levaram a saúde desta capital ao caos.

Hoje, o secretário municipal da Saúde, o Dr. José Carlos Brito...

A Sr^a PRESIDENTA (Virgínia Hagge):- Para concluir, deputado.

O Sr. HERALDO ROCHA:- (...) estará recebendo o Título de Personalidade do Ano, pela Universidade São Camilo. Parabéns, José Carlos Brito! Força no seu trabalho! Você é competente e tem a classe médica da Bahia ao seu lado. Não adianta este secretário que está destruindo a saúde do Estado querer destruir mais do que destruiu a saúde de Salvador.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

GRANDE EXPEDIENTE

A Sr^a PRESIDENTA (Virgínia Hagge):- Grande Expediente.

Com a palavra o deputado inscrito, Gildásio Penedo Filho, pelo tempo de 25 minutos.

O Sr. GILDÁSIO PENEDO FILHO:- Sr^a Presidente que muito nos honra - quem sabe inaugurando aí uma nova fase deste Poder? -, deputada Virgínia Hagge, Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas, imprensa presente, a Bancada da Oposição, nobre deputado Paulo Câmara, que nos ouve e tenho certeza de que corrobora o nosso pensamento, desde o ano passado vem cobrando deste governo uma ação mais efetiva em relação ao desempenho orçamentário do Estado. Nós, de 2007 para cá, colocamos - e os números comprovam isto, deputado Ferreira Ottomar - que dinheiro não é problema para a administração Jaques Wagner.

Só para que a Bahia e os baianos tomem conhecimento, no primeiro semestre deste ano os cofres estaduais tiveram um excesso de arrecadação em relação ao principal tributo estadual, que é o ICMS, em mais de 15%. Foram cerca de 10 bilhões de reais arrecadados até meados deste ano, o que comprova uma excelente margem de arrecadação desse governo.

Só para se ter uma dimensão de como o governo prioriza a área de arrecadação do Estado, o governo passou quase dezoito meses sem comprar uma viatura sequer para a Polícia Militar do nosso Estado. Um ano e meio! Depois comprou 150 viaturas. Na mesma compra, adquiriu também 127 para o Fisco estadual. Veja a priorização do governo: arrecadar, encher, amarrar as burras com o dinheiro do contribuinte baiano.

Na contra-mão disso e a despeito do agravamento e da precarização, deputado Heraldo Rocha, dos serviços públicos estaduais, o governo tem, no ano passado esta foi sua marca e este ano, infelizmente, isso se repete, uma baixíssima execução orçamentária. O termo correto é pífio para qualificarmos o desempenho do governo. Não há nada direcionado, deputado Elmar Nascimento, a uma quase generalização do que chamamos apatia do Governo Jaques Wagner.

Dizíamos isso o ano passado, e o governo nos refutava, o governo nos contraditava, às vezes até de forma muito dura, como o fez o deputado Waldenor no dia de hoje, no jornal Tribuna da Bahia. Disse assim: “Falta seriedade nas críticas da oposição.”. Até compreendo essa escapatória verbal do deputado Waldenor de não querer enfrentar a realidade e tentar desqualificar as nossas ponderações, que, tenho a tranquilidade de dizer aqui, sempre estão fundamentadas na veracidade e em prova documental, deputado Waldenor.

Em relação à inércia do governo, só para citar como exemplo, a execução orçamentária desse governo no que tange a investimentos na área, por exemplo, da Secretaria de Desenvolvimento e Integração Regional – Sedir, inclusive criada e apoiada por todo este Parlamento na reforma administrativa... O deputado Paulo Câmara, junto com o deputado Clóvis Ferraz, como sabemos, teve a satisfação de avançar muito nos programas de interiorização dos serviços de áreas produtivas. Na época, através da CAR, foram o Produzir I, o Produzir II. Um dos grandes artífices, mentores, desse projeto foi o deputado Paulo Câmara. Isso, inclusive, lhe possibilitou

ingressar, e enveredar na área política, galgando quatro mandatos consecutivos como deputado estadual, que nasceram principalmente da sua capacidade articulatória de poder construir e conceber aquele projeto. Hoje, veja a força, deputado Waldenor! V.Exª tem lá um contrerrâneo. As informações que nos chegam dão conta de que o diretor da CAR é pessoa ligada a V.Exª, pelo menos é de Vitória da Conquista, contra o qual não tenho nada a falar do ponto de vista ético. Não é esse o meu propósito.

O deputado Clóvis Ferraz também galgou cargos importantes na política, neste Poder. Foi Líder do Governo e até presidente da Casa, mas a sua célula inicial foram as suas ligações com a CAR. Vejam a importância política desse órgão principalmente de reversão de áreas sociais do nosso Estado, como foi o Pró-Gavião e tantos e tantos outros projetos.

Pois bem, esse governo encontrou um projeto, e é bom que a Bahia tenha conhecimento. O Prodecar nasceu no ano de 2005. Tive, inclusive, a grata e honrosa satisfação de ser o relator daquela matéria, um projeto de financiamento junto ao FIDA que iria atuar...

O Sr. Paulo Câmara:- V.Exª me permite um aparte?

O Sr. GILDÁSIO PENEDO FILHO:- Está inscrito, deputado Paulo Câmara.

(...) basicamente na região Nordeste do nosso Estado. Eu que tenho uma base consolidada naquela região, fui o relator daquele projeto ao qual o deputado José Nunes também ajudou a conceber e a fortalecer também, alguns municípios da região Sudoeste.

Pois bem, esse projeto nasceu em 2005, deputado Ferreira Ottomar e foi fecundado, deputado João Bonfim, graças a Bancada do governo na época. Sabe por que? Porque se dependesse do PT, oposição à época, do deputado Waldenor Pereira, que poderá usufruir hoje desses importantes recursos, o projeto não teria saído do papel. Sabe por que, deputado Paulo Câmara? V.Exª ajudou a construir esse projeto, mas o PT não. Votaram contra o Prodecar, hoje, Terra de Valor. V.Exª poderá ir aos municípios de Caetanos, Tremedal, Vitória da Conquista, levar obras do Prodecar. Mas é importante que aquelas regiões saibam que, o único gesto que dependia da boa vontade de V.Exª, não ajudou a construir. Porque V.Exª votou contra o Terra de Valor!. E votou contra um princípio extremamente simples, mas de difícil aceitação, deputado Waldenor. É porque era um projeto encaminhado por um governo que V.Exª tinha divisões político-partidárias. Mesmo que isso custasse o sacrifício de um projeto dessa envergadura. V.Exª não ajudou a construir o Prodecar!

Com o aparte o deputado Paulo Câmara.

O Sr. Heraldo Rocha:- Um dos autores do Projeto Gavião, ele e o deputado Clóvis Ferraz.

O Sr. Paulo Câmara:- Deputado Gildásio, quero agradecer a oportunidade de falar no tempo de V.Exª. Queria lembrar também que a concepção do Prodecar, o projeto Pró-Gavião que se deslocou do eixo do sudoeste de Vitória da Conquista para onde V.Exª tem uma base fundamental, na verdade, vem do governo de Waldir Pires. Ele foi concebido e não foi desdobrado. Enquanto presidente na CAR naquela época, conseguimos o financiamento do FIDA da ordem de U\$50 milhões, com participação

do Governo do Estado. Esse projeto mudou de nome, virou Prodecar, deslocou-se o eixo da região de Anagé e daqueles municípios com IDH extremamente baixo e, hoje, ele se encontra na região em que V.Ex^a tem uma base fundamental. Mas o que importa é que foi um programa de grande importância para a reversão da pobreza rural, e atuou também na questão da produção de uma forma sistemática pelos quadros competentes da CAR.

Gostaria de parabenizar-lhe pelo reconhecimento do histórico desse programa e entender que algumas questões políticas devem necessariamente ser deixadas de lado, mediante a importância deste, que, hoje, atua fortemente na base de V.Ex^a.

O Sr. GILDÁSIO PENEDO FILHO:- Deputado Paulo Câmara, só divirjo de V.Ex^a nesse último e pequeno parágrafo: que atua na nossa região. Não atua, deputado Paulo Câmara. Sabe por que? Até agora nada!. Fará 2 anos e o Programa não saiu do papel. E quem diz isso, deputado Waldenor, não é o deputado Gildásio Penedo, é a auditoria desse programa realizada no Tribunal de Contas do Estado da Bahia, esse órgão importante, que faz duríssimas críticas à execução orçamentária, deputado Joélcio Martins.

Quanto tempo já perdemos, deputado Joélcio! Poderíamos ajudar os municípios de Quijingue, Santa Luz, Cansanção, Queimadas, enfim, a todo nordeste baiano! E o Tribunal de Contas emite um parecer duríssimo em que condena dos 31 milhões de reais previstos para esse programa de forma inicial, deputado Waldenor, o seu governo dando razão e correspondendo ao que já denunciemos há algum tempo, a letargia, só investiu 7,31% do que estava previsto.

Friso isso, deputado Joelson, para sair do caráter subjetivo e da avaliação político-partidária, quem diz isso é o Tribunal de Contas do Estado da Bahia, assinado por, direi, deputado Waldenor: “Salvador, 27 de junho de 2008, Josué Lima de França, Coordenador de Controle Externo; Antônio Luiz Carneiro; Tânia Maria Carvalho Matos; Teresa Cristina Braga”, auditores do Tribunal de Contas do Estado que confirmam as nossas denúncias desde o ano passado, deputado Heraldo Rocha, de que o governo é letárgico, é paralítico, é omissos e incompetente, deputado Joelson, porque os recursos estão aí. Mas tem que agora, depois dessa auditoria, depois de um puxão de orelha de um órgão sério, imparcial, que é o Tribunal de Contas do Estado, parece-me que na última segunda-feira, S.Ex^a o governador, resolveu repaginar mais uma vez esse programa que hoje se chama Terra de Valor e não mais Prodecar. O governo perde muito tempo em tentar desconstituir inclusive nomes de outros projetos, com reuniões para ver que nome se altera. E enquanto isso, o que de fato importa à nossa sociedade, deputada Ângela Sousa, fica à margem.

O Tribunal de Contas do Estado tece duríssimas críticas à inércia do governo, de modo muito especial ao programa Prodecar. Está aqui em mãos, disponível para qualquer cidadão, isso é documento público. Deputado Waldenor, se V.Ex^a não teve acesso encaminharei uma cópia, o que dá uma demonstração da inércia desse governo. Mas aí a Casa pode me dizer: não, é uma ação isolada, é uma única Secretaria que está se ajustando, ela é nova, procuro me calçar em dados. Infelizmente, não é um fato isolado, é a regra, deputado Waldenor.

Se nós pegarmos, por exemplo, a Secretaria da Agricultura que está a todo momento numa rifa constante, deputado Ferreira Otomar, e V.Ex^a não está no ano passado, não estamos em 2007, esse discurso é real. Não estou requeitando, estou reproduzindo porque, infelizmente, as ações se sucedem. O que fiz no ano passado, não o faço com alegria, deputado Heraldo Rocha. Queria vir aqui e dizer que o governo tem feito a sua parte, porque dinheiro há, recursos existem em abundância, mas se pegarmos a execução orçamentária da Secretaria da Agricultura, deputado Waldenor, deputado Joelson, até o mês de novembro, $\frac{3}{4}$ do ano já vencidos, 75% do que foram previstos a Secretaria gastou apenas 19%.

Se pegarmos a importante Secretaria do Trabalho, Emprego e Renda, comandada por um comunista, só gastou até agora 16% do que estava previsto; se pegarmos a Secretaria de Combate e Defesa Social, até agora gastou 18%; se pegarmos a Secretaria de Planejamento, que é um órgão importante, 22%; se pegarmos a Secretaria da Educação, 23%.

Essa é a demonstração inequívoca da marca do governo Jaques Wagner, a inércia, a apatia generalizada, deputado Heraldo Rocha, e V.Ex^a irá me apartear e irá denominar de forma tecnicamente médica o que é apatia generalizada, o que é a letargia que nesse momento se configura.

O Sr. Heraldo Rocha:- V.Ex^a me permite um aparte?

O Sr. GILDÁSIO PENEDO FILHO:- Com o aparte o nobre deputado Heraldo Rocha.

O Sr. Heraldo Rocha:- Deputado Heraldo Rocha, V.Ex^a, mais uma vez, com muita serenidade mostra que a máscara caiu, a máscara deste governo caiu pela falta de gestão, pela péssima gestão do governo. Na verdade, sabemos disso, porque, desde o início deste mandato, a nossa Bancada tem denunciado, de forma ética e serena, não de forma sectária, a incompetência, a omissão, a falta de gestão pública, eu diria até, a falta de apetite para governar, mas fazer politicagem ele sabe.

Denunciamos o REDA, denunciamos Pituaçu, que estava fazendo projetos sem licitação, V.Ex^a, com habilidade muito grande, denunciou, com dados e documentos, não foi com palavras não e, agora, o discurso deles mudou, o deputado Zé Neto disse que teve dois anos e que, agora, o governo vai começar. Vejam!

Quanto foi, deputado Gildásio, para a Secretaria da Agricultura?

O Sr. GILDÁSIO PENEDO FILHO:- Dezenove por cento.

O Sr. Heraldo Rocha:- Como secretário, ele sabia que a sua secretaria seria leiloada, é o pregão eletrônico do governo. Aí, o que aconteceu? Ele pensou, não vou gastar, não vou aplicar o dinheiro, vou deixar no caixa para o próximo secretário.

Como disse o deputado Paulo Azi: “Meu caro secretário Geraldo Simões, peça demissão, a secretaria de V.Ex^a está sendo leiloada, devem respeitá-lo”. Hipoteco em meu nome também solidariedade a S.Ex^a, não deixe que leiloem o seu nome, podem leiloar a secretaria, mas o nome de S.Ex^a merece respeito.

Muito obrigado.

O Sr. GILDÁSIO PENEDO FILHO:- Incorporo o aparte de V.Ex^a, deputado Heraldo Rocha. Essa tem sido a marca deste governo. No ano passado, a inércia

dominou, este ano, as coisas se repetem, mas me parece que começa a ter explicação, porque só há duas explicações, deputado Sandro Régis, para essa situação sintomática de letargia plena deste governo: ou é incompetência administrativa e gerencial, ou o governo resolve fazer caixa, guardar os recursos, juntar o dinheiro para poder utilizar no momento oportuno. E qual é o momento oportuno, deputado Ferreira Ottomar? Na boca da eleição, para tentar comprar a consciência do povo baiano, mesmo que isso custe o sacrifício da vida de milhões de baianos, deputado Waldenor Pereira, milhões de baianos que estão morrendo na capital baiana e na Região Metropolitana com o aumento expressivo da criminalidade em nosso Estado.

V.Ex^a sabe que os dados de hoje mostram que há um aumento de mais de 50% no número de assassinatos na Região Metropolitana em relação ao último ano do governo anterior. Mesmo com dinheiro, mesmo que isso custe o sacrifício de dezenas de policiais militares, que estão morrendo, deputado Waldenor Pereira, quase três dezenas de homens que estão tentando enfrentar o crime, o Estado não dá condições mínimas de segurança. Existe dinheiro que poderia ser revertido em coletas à prova de balas, em melhores equipamentos, em equipamentos de inteligência, em armamento pesado, mas o policial, de forma brava, com um 38 nas mãos enfrenta um crime extremamente organizado. O pior é que o dinheiro está em caixa, dormindo nos frios cofres do Estado por um único propósito, como disse o deputado Zé Neto, por um projeto político de poder, mesmo que isso custe a vida dos baianos. É esse o projeto político do Partido dos Trabalhadores?

Não é o partido e não é o projeto de transformar uma realidade, é um projeto de poder, deputado Heraldo Rocha, mesmo que isso custe a vida e o sacrifício de milhões de baianos. É isso que queremos e desejamos, um partido que se alia por conveniência? E Salvador é o retrato vivo disso, já se passaram 3 anos e meio, 40 meses com o PT dominando as principais secretarias do governo João Henrique, entre elas, a Secretaria da Saúde. As filas nos postos de saúde! Quando chegou o momento da conveniência, do “nosso projeto de poder, é a nossa vez! Nós queremos para nós! Nós queremos o poder custe o que custar!” Esquece-se de tudo. Esquece-se, inclusive, de desvendar quem matou Neylton na Secretaria da Saúde.

O Sr. Sandro Régis:- V.Ex^a me permite um aparte?

O Sr. GILDÁSIO PENEDO FILHO:- Com um aparte o deputado Sandro Régis.

O Sr. Sandro Régis:- Deputado Gildásio Penedo, primeiramente parablenzo-o pelo bellissimo discurso que V.Ex^a profere nessa tribuna nesta manhã de quinta-feira. V.Ex^a retrata o governo Jaques Wagner. Mas quando V.Ex^a fala de violência, esquece-se de citar a nova modalidade. A bandidagem em Salvador, em nosso Estado, já se sente tão à vontade que agora não quer mais assaltar o povo. Eles, agora, resolvem começar a matar os policiais. Eles começam matar os policiais, porque acham, agora, que o Estado já está dominado pela bandidagem e pela criminalidade.

Essa é a nova modalidade de violência em nosso Estado. Eles sabem que se assaltar o cidadão normal, não há penalidade; assaltar a sociedade, não há penalidade. Então, começam, agora, a matar a polícia, para acabar de vez qualquer senso de

punibilidade, segurança e tranquilidade em nosso Estado.

O Estado da Bahia mostra ao Brasil a nova forma de criminalidade, que é, agora, os bandidos, matando os policiais que tanto prezam a sociedade e os baianos.

Meu muito obrigado.

O Sr. GILDÁSIO PENEDO FILHO:- Incorporo o aparte, deputado Sandro Régis. V.Ex^a também faz uma belíssima leitura do que, infelizmente, retrata esse governo.

Portanto, deputado Waldenor, não queira e nem imagine que o nosso propósito é tentar desqualificar o governo por uma questão político-partidária. Não é essa a intenção nossa. A intenção é de tentar chamar a atenção e o governo possa corrigir os seus equívocos, que são grandes, deputado Heraldo Rocha. Já estamos na metade do ano; do ano, vírgula, na metade do seu governo. Dois anos! E o governo até agora não tem um projeto definido, uma ação clara. Infelizmente, o que percebemos é a precariedade do serviço em nosso Estado.

Portanto, governador, V.Ex^a tem uma importante missão. V.Ex^a tem tudo favorável, governador! V.Ex^a vendeu essa imaginação ao eleitor baiano de que o alinhamento político com o governo central traria dividendos para a Bahia. Até agora não apareceu, deputado Waldenor, e não tenho dúvida de dizer que a grande responsabilidade não é do governo federal. Deputado Waldenor, sabe por quê? Porque Pernambuco está crescendo. Sergipe, o nosso Estado vizinho, está aproveitando essa oportunidade ímpar e está crescendo. O Ceará está crescendo. E a Bahia está perdendo. Perdemos a Toyota, deputado Waldenor! Perdemos para São Paulo a Toyota, com um parque automotivo instalado no nosso Estado. Perdemos a Hyundai. Perdemos o plástico verde para o Rio Grande do Sul. Nós estamos perdendo uma oportunidade ímpar de fazer neste Estado valer a força do povo baiano, deputado Waldenor, por inércia desse governo, por falta de projetos, por inanição e letargia.

Governador, não perca essa chance! Honre a esperança do povo baiano, que lhe deu uma chance ímpar, que lhe deu uma chance incomum para V.Ex^a administrar este pujante Estado, referência do nosso País, principal economia do Norte-Nordeste. Governador, não perca essa chance, governador! Está na hora de V.Ex^a, de fato, começar a trabalhar pela Bahia e pelos baianos. E não faça o que o deputado Zé Neto o está orientando a fazer, juntar o dinheiro, achando que em 4 ou 5 meses comprará a consciência do povo baiano. Governador, acorda. Só depende de V.Ex^a os destinos deste Estado.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador nem pelos aparteantes.)

A Sr^a PRESIDENTE (Virgínia Hagge):- Horário das Representações Partidárias.

Concedo a palavra ao Líder do Governo e da Maioria, ou ao representante do PMN para falar ou indicar orador pelo tempo de 10 minutos.

O Sr. Waldenor Pereira:- Sr^a Presidente, na condição de Líder, gostaria de informar a V.Ex^a que usarei o tempo do PPN, em acordo com o deputado Gildásio Penedo. Nós fizemos uma troca. No tempo do PPN vou fazer uso do tempo do PSB e o

do PTN utilizará o tempo posterior.

A Sr^a PRESIDENTE (Virgínia Hagge):- Com a palavra o deputado Waldenor Pereira.

O Sr. WALDENOR PEREIRA:- Sr^a Presidente, Sr^{as} e Srs. Deputados, compreendo perfeitamente o esforço extraordinário do deputado Gildásio Penedo para tentar superar a fragorosa derrota do seu partido nas últimas eleições na Bahia e no Brasil. Em todos os jornais de circulação nacional, os cientistas políticos já realizaram seus estudos, noticiaram que o Democratas foi o partido que experimentou a maior derrota eleitoral no ultimo pleito. O partido Democratas, hoje, só dirige o Distrito Federal, entre todas as unidades da Federação. São poucas as cidades de maior relevância, de maior população do País, dirigidas hoje pelo Democratas.

No Estado da Bahia, este partido que era dirigente de quase 200 municípios, no último pleito eleitoral, reduziu a sua participação para 41 prefeituras. Portanto é natural, eu compreendo, o esforço extraordinário desse grande deputado Gildásio Penedo e da sua Bancada no grande empenho de tentar superar essa fragorosa derrota, utilizando-se de notícias que eu estou chamando de requentadas, para tentar pautar a Assembléia Legislativa com esses diversos assuntos.

Eu queria dizer ao deputado Gildásio Penedo que sou muito orgulhoso de participar de um projeto político que recuperou a auto-estima do povo brasileiro. Sou muito orgulhoso de fazer parte de um projeto político que recuperou a economia brasileira que conviveu, no governo anterior, com os piores indicadores de inflação, de balança comercial, de risco Brasil, de crescimento econômico. A partir de eleição do nosso companheiro Luiz Inácio Lula da Silva, graças aos fundamentos que hoje orientam a nossa política macroeconômica, nós estamos vivendo, sem dúvida nenhuma, num país reconhecido internacionalmente como exemplo de modelo econômico, a ponto de suportar essa grave crise que se abate sobre todos os países do mundo, com ponderação, serenidade, impedindo a banca rota, a quebradeira do nosso país graças aos fundamentos econômicos viabilizados pelo governo do presidente Lula.

Portanto, do ponto de vista de projeto político, não há nenhuma dúvida quanto ao sucesso, ao êxito do governo Lula, comparado com todos os governos apoiados pelo deputado e sua Bancada de Oposição nesta Casa Legislativa.

Estou afirmando à imprensa e quero aqui, de forma ponderada, sem nenhuma eloquência e muito menos proselitismo, chamar a atenção para o fato de que a Bancada de Oposição, tendo em vista essa desorientação pós-eleitoral, não está tratando com seriedade as denúncias que aqui apresenta.

Digo isso porque todas as denúncias – citarei uma a uma – aqui destacadas, apresentadas pela Oposição por intermédio de seu Líder e outros parlamentares da Bancada não se sustentam do ponto de vista da fonte de informação. Eles estão-se baseando em fontes que não são fidedignas.

Afirmar, e vou falar *en passant*, de forma bastante rápida, para não tomar tempo, a respeito desse assunto que o governo Paulo Souto, nos seus 4 anos de administração – de 2003 a 2006 – destinou para dispensa de licitação e inexigibilidade valores superiores aos do nosso governo Jaques Wagner.

No ano de 2005, o governo Paulo Souto destinou para dispensa de licitação R\$ 586 milhões. Isso representou 4,1% da execução orçamentária do ano. E o deputado Gildásio Penedo, de forma contundente e eloquente, tentando sensibilizar os telespectadores, aqueles que acompanham os trabalhos legislativos, diz que o governo Jaques Wagner está cometendo um grande absurdo. Ora, eles destinaram, para um Orçamento de R\$ 14 bilhões, R\$ 586 milhões; e o nosso governo, para um Orçamento de R\$ 19 bilhões, R\$ 550 milhões. É muito fácil, trata-se de uma conta aritmética. Destinamos 2,75% e eles destinaram 4,1% do Orçamento para realizar despesas sem licitação ou através da inexigibilidade.

Portanto, estou mostrando de forma documental – inclusive, ontem dei uma cópia ao deputado Gildásio Penedo –, informações concretas sobre a execução orçamentária, provando que o governo apoiado por ele e por sua Bancada em 4 anos realizou um volume de despesas sem licitação e através da inexigibilidade muito superior ao governo Jaques Wagner. E não estou criticando o governo deles, porque acho que um percentual de 4%, 5% em determinadas situações é perfeitamente compatível com qualquer governo em qualquer unidade da Federação.

Portanto, essa crítica é infundada, não deve ter acolhida pois tem a cobertura de documentos que são incapazes de nos apresentar argumentos factíveis. Essa crítica do deputado e de sua Bancada vem eivada de um proselitismo sem precedentes, porque se o governo deles realizou muito mais do que o nosso, como fazer crítica a respeito da utilização de recursos para dispensa de licitação e inexigibilidade se realizaram muito mais?

Em segundo lugar, quero dizer aos deputados Gildásio Penedo e Heraldo Rocha que o Tribunal de Contas do Estado também erra, não é infalível. Estamos aqui com informações da CAR que dão conta que houve um erro do Tribunal de Contas quanto a auditoria realizada nesse órgão.

O dado real, verdadeiro encaminhado ao Tribunal de Contas pelo coordenador do programa, Dr. César Maynart, que é o mesmo coordenador do Prodecar – ele foi mantido no cargo em reconhecimento à sua competência e ao mérito de sua gestão –, dá conta de que o governo Jaques Wagner, em 2007, em vez de ter realizado 7,31%, como o Tribunal de Contas afirma, realizou 34%.

O Tribunal de Contas deixou de considerar os recursos oriundos do próprio Tesouro do Estado. O governo da Bahia aplicou, em 2007, R\$ 8.222.593,00 no Programa Terra de Valor, e os recursos oriundos do FIDA somaram R\$ 2.278.000,00. Quando o Tribunal de Contas realizou a auditoria, considerou apenas os recursos destinados pelo FIDA, não os do Tesouro estadual; em vez de 7%, foram 34% dos recursos aplicados.

No primeiro ano de mandato, com a mudança de metodologia, o nosso governo realizou reuniões com todos os 34 municípios envolvidos e convidou as lideranças sindicais rurais para decidir, de forma republicana e democrática, sobre a aplicação dos recursos.

Portanto, deputado Heraldo Rocha, o Tribunal de Contas também pode errar. E errou nesse caso. Aqui está o documento já encaminhado ao TC, assinado por César

Maynard. Ele era o coordenador e foi mantido por mérito, mostrando que o nosso governo não persegue aqueles que são competentes e podem servir à Bahia. O governo do Estado encaminhou ao Tribunal de Contas um esclarecimento a respeito da notificação, provando que em vez de 7,31%, foram 34% de execução. Está aqui, de um total de 31 milhões, foram aplicados R\$ 10.501.452,00.

É por isso que estou afirmando na imprensa que está faltando seriedade nas críticas oposicionistas. Reconhecemos o papel da Oposição, um Parlamento democrático não pode prescindir da atuação ativa dela; temos afirmado que a Casa Legislativa é o coração do processo democrático e que a Oposição cumpre um papel fundamental. Agora, o que estamos exigindo dos oposicionistas é que as denúncias aqui apresentadas sejam baseadas em fontes fidedignas, senão o discurso vai ser considerado vazio e cairá no descrédito. Desse modo, parlamentares experientes, com trajetória e respeitáveis, como sabemos que existem na Oposição, poderão cair no descrédito.

Ontem, o deputado João Carlos Bacelar veio a esta tribuna fazer uma grave denúncia – não vou abordar com profundidade esse tema hoje, mas o farei na segunda-feira, quando o convidarei ao debate – e caracterizou o nosso governo como farsante. Segundo ele, a decisão de romper com as empresas terceirizadas envolvidas na operação Jaleco Branco, ação realizada pela Polícia Federal para romper com o duto de corrupção que era mantido no governo anterior... Destaquemos que esses contratos não eram do nosso governo, porém foram mantidos durante 10 meses por uma questão meramente de natureza jurídica, administrativa e burocrática. Mas já havíamos decidido pelo rompimento desse duto que estava carreando milhões e milhões de reais a grupos empresariais envolvidos naquela operação Jaleco Branco, dilapidando os recursos públicos. Essa é a realidade.

Estamos aqui com informações para apresentar ao deputado João Carlos Bacelar a à Bancada de Oposição com o intuito de mostrar que essa denúncia não procede. Não é verdade que o Estado da Bahia contratou novas empresas com um valor superior a 40%. Não é verdade! Havia desvio de função nas contratações anteriores, por isso o governo teve de corrigir e de contratar mais oitocentos e tantos servidores.

Estamos com as informações disponíveis para podermos esclarecer essas denúncias que são apresentadas no calor do debate, na eloquência do período pós-eleitoral, mas não se sustentam. Não se sustentam!

Da mesma forma o deputado Gildásio Penedo subiu a esta tribuna para dizer que o governo estadual estaria destinando 55 milhões à construção do Estádio de Pítuaçu sem licitação. Todos acompanharam...

A Sra. PRESIDENTA (Virgínia Hagge):- O deputado Waldenor Pereira continuará falando pelo tempo de 10 minutos no horário do PSB, tendo feito acordo com o deputado Gildásio Penedo Filho.

O Sr. WALDENOR PEREIRA:- Obrigado.

O Líder da Minoria informou aqui que o governo teria destinado 55 milhões, e não é verdade!

O governo do Estado destinou até o momento para o Estádio de Pítuaçu aproximadamente 19 milhões, efetivamente realizados. Os 50, 55 milhões destacados

desta tribuna dizem respeito à conclusão do estádio numa segunda etapa, com a construção de passarelas, aquisição de placar eletrônico, cadeiras e cobertura para elas.

Então, quando a denúncia é apresentada num primeiro momento, numa primeira oportunidade, sem que a Bancada do governo possa naturalmente fazer o contraponto, prestar os esclarecimentos, à primeira vista faz parecer que de fato o governo estaria transformando um contrato inicial de 23 milhões em 55 milhões, o que não é verdade. Os demais investimentos a serem realizados no estádio serão todos através de processo licitatório. Processo licitatório! Os 17 milhões iniciais foram através de consulta pública, mais de 20 empresas consultoras participaram do certame dando-lhe a maior transparência possível, tendo em vista a urgência que representava naquela oportunidade a recuperação do estádio por força dum acontecimento que todos acompanharam, aquele triste acidente na Fonte Nova que culminou com mortes. Foi ceifada a vida de vários torcedores.

Portanto, com totais respeito e ponderação, digo que o deputado Gildásio Penedo Filho e a sua Bancada não estão tratando com seriedade as denúncias apresentadas neste Plenário, porque infelizmente elas não estão sendo acompanhadas de documentos comprobatórios que possam permitir a esta Casa Legislativa o bom debate, a discussão de conteúdo que possibilite aos parlamentares o exercício das suas atribuições constitucionais de fiscalização dos recursos públicos e a exigência da transparência das contas públicas do nosso Estado da Bahia.

Então estou citando alguns exemplos, como o do caso da dispensa de licitação, o dos contratos de terceirização, o do Estádio de Pituáçu e o da CAR. E cito todas essas ocorrências com os documentos em minhas mãos. Eles nelas estão para provar à Oposição que nesta Assembléia algumas denúncias - apresentadas muitas vezes com uma grande eloquência, uma grande contundência que à primeira vista podem fazê-las parecer procedentes ou verdadeiras -, quando cotejadas, comparadas com a documentação que trago à apreciação dos meus colegas opositores, na verdade mostram que facilmente nós desconstruímos o discurso eloquente que especialmente a Bancada do DEM vem fazendo no período pós-eleitoral. Mas compreendemos o esforço extraordinário desse partido para superar a sua fragorosa derrota no Brasil, sobretudo na Bahia.

O Sr. Bira Coroa:- V.Ex^a me permite um aparte?

O Sr. WALDENOR PEREIRA:- Quero conceder o aparte ao nobre deputado Bira Coroa.

O Sr. Bira Coroa:- Nobre deputado Waldenor Pereira, obrigado.

Faço uso deste aparte primeiro para parabenizá-lo pela forma esclarecedora, tranqüila e democrática como o senhor faz este seu discurso, pontuando a real situação dos debates nesta Casa e o papel da Oposição.

Reconhecemos a importância da Oposição, fizemos oposição durante muito tempo nesta Casa e em outras Casas também, mas é interessante como V.Ex^a pontua a necessidade de a Oposição se pautar em dados reais que possam ser apresentados à sociedade com sustentabilidade, para não ocorrer situações, de quando vem o confronto com os dados reais apresentados pela Situação desta Casa. Entrar numa linha de passar

informações que não procedem. Isso depõe contra o Parlamento, diminui a qualidade da nossa atuação como representantes da sociedade. Daí a importância do debate, da discussão. Não tenho dúvida de que este governo, conduzido pelo governador Jaques Wagner, em momento algum não se omitiu de apresentar as informações reais, fato que antes não acontecia, até porque a senha, que hoje esta Casa faz uso, não se tinha acesso para acompanhar a aplicação dos recursos do Estado, que é um dever nosso. Antes não se acompanhava porque o governo anterior não tinha compromisso com a informação e com a transparência para a sociedade.

Então, quero dizer que é importante pautar o debate nesta Casa e mais importante do que trazê-lo, é mostrar as informações verídicas para que chegue à sociedade com sustentabilidade e com o respeito que ela merece.

O Sr. WALDENOR PEREIRA:- Muito obrigado, deputado Bira Coroa, eu incorporo o aparte de V. Ex^a.

Para concluir, eu queria apresentar aqui também de forma ponderada, -calma, deputado Heraldo Rocha-, a execução orçamentária do nosso governo, que está em minha mãos, de janeiro a agosto deste ano que , quando comparada ao 2º ano do governo Paulo Souto, também referente ao período de janeiro a agosto, nós realizamos mais do que o governo apoiado por V. Ex^a, de forma respeitosa.

Está aqui, por exemplo, de janeiro a agosto do ano de 2004, que é o 2º ano da gestão de Paulo Souto, um orçamento de R\$14 bilhões. Ele realizou 64, 53%. Nós realizamos, 65,35%. Portanto um patamar mais ou menos idêntico, igual no geral.

Agora, vejamos as funções mais importantes: Saúde - o governo Paulo Souto realizou 58,41%; nós realizamos 59,04%. Educação - o governo Paulo Souto realizou 50,08%; nós realizamos 58,4%. Portanto 8% a mais do que o governo Paulo Souto em período semelhante. Segurança Pública, que V. Ex^a e outros parlamentares têm utilizado como temática prioritária de denúncias e críticas. O governo Paulo Souto realizou 53,8%; o nosso 58,32%. Portanto a execução orçamentária do nosso governo é compatível com a execução orçamentária anterior. E em alguns itens, como estou destacando aqui em percentuais , inclusive, superiores.

Portanto é claro que a crítica é necessária, é imprescindível, principalmente no Parlamento, mas que ela venha acompanhada de documentação, de fonte fidedigna, que ajude o debate de conteúdo e de qualidade. Se a crítica não vier acompanhada de informações fidedignas, de fontes confiáveis, o discurso dos companheiros da Oposição caem no descrédito. Cada vez que subir aqui e proferir um discurso e apresentar uma denúncia vazia, sem fundamento, qualquer um de nós, tanto eu como qualquer outro colega da Bancada do governo, a deputada Ângela Sousa, o deputado Bira Coroa, pode vir aqui no dia seguinte ou no mesmo dia e desconstruir o discurso.

Permita-me até a expressão: “recuperar a verdade” dos fatos. Execução Orçamentária, estamos executando mais do que o governo Paulo Souto e não estamos criticando o governo Paulo Souto pela execução que fez, mas o criticamos pelo modelo econômico utilizado, que privilegiou as grandes corporações, os grandes grupos em detrimento dos pequenos negócios, dos pequenos empresários, dos pequenos agricultores, que privilegiou uma concentração de renda e de capitais sem precedentes

na história da Bahia.

Nós estamos mudando o modelo econômico, porque não é possível o Estado ser o 6º principal produtor e conviver com os piores indicadores sociais do Brasil.

Srª Presidente, agradeço-lhe pela tolerância.

Portanto, nós queremos convidar a Oposição para o debate, agora, que a Oposição traga informações de fonte fidedignas, senão a cada discurso nós vamos subir à tribuna para desconstruí-los, para recuperar a verdade, para apresentar ao povo da Bahia, especialmente aos deputados desta Casa Legislativa, deste Parlamento, as informações verdadeiras, que haverão, naturalmente, de nos permitir a construção de uma Bahia mais digna, mais soberana, mais desenvolvida e mais próspera.

Muito obrigado, Srª Presidente.

(Não foi revisto pelo orador nem pelo aparteante.)

A Srª PRESIDENTA (Virgínia Hagge):- Com a palavra o Líder da Minoria para falar ou indicar orador, pelo tempo de 10 minutos.

O Sr. Heraldo Rocha:- Srª Presidente, falarei por todo o tempo.

A Srª PRESIDENTA (Virgínia Hagge):- Com a palavra o deputado Heraldo Rocha, pelo tempo de 10 minutos.

O Sr. HERALDO ROCHA:- Srª Presidente, deputada Virgínia Hagge, teleouvintes da TV Assembléia, radioouvintes da Rádio Oposição, internautas que acessam o nosso site www.heraldorocha.com.br, companheiros que nos dão a honra da visita a este Parlamento, minha senhoras, meus senhores, no *blog* do conceituado jornalista Samuel Celestino, *Bahia Notícias*:

(Lê) *“MORTE DE PM CAUSA MAIS POLÊMICA*

Um policial militar, que não quis se identificar, afirmou esta quarta-feira (15) ao BN que a maioria dos colegas que foi morta este ano exercia atividade paralela à corporação. Esta madrugada, o 28º PM foi morto em Salvador (ver nota). 'Não estou dizendo que este caso tem a ver, mas infelizmente muitos policiais trabalham como seguranças clandestinos ou têm relação com o tráfico de drogas. Eles acabam perdendo as estribeiras e ficam vulneráveis a oponentes', revelou.”

Quando a gente analisa, respondendo ao nobre deputado Waldenor, Líder do governo, com dados, dados do governo, naturalmente, a Secretaria da Segurança, até este mês - não digo gastou, deputado, porque governo não gasta, aplica -, aplicou 22,59% do seu Orçamento. Ora, nós estamos em meados de outubro, já caminhando para o final do exercício.

Eu fui secretário de Estado, e V.Exª foi reitor, trazemos a nossa experiência no Executivo e sabemos que em fim de ano... O ano já está praticamente terminado...

O Sr. Waldenor Pereira:- V.Exª me permite um aparte?

O Sr. HERALDO ROCHA:- Vou dar o aparte a V.Exª.

Porque, na verdade, temos que fazer licitações, que publicar editais, há uma série de burocracia natural do serviço público. Então, ou esse recurso será mal aplicado ou, deputado Waldenor, vai acontecer o que o deputado Gildásio denunciou.

Hoje eu apresento um novo dado, publicado no *Diário Oficial*. O *Diário Oficial*

de hoje publicou uma dispensa de licitação para concurso público. Mais uma dispensa de licitação para concurso público da Polícia Militar!

Ora, nós temos sido procurados constantemente por diversos candidatos a servidores públicos, candidatos a policiais militares, agentes da Polícia Civil, escrivães, defensores públicos, que estão aprovados em concursos e não foram convocados por esse governo.

Temos 99 delegados de Polícia concursados, com o concurso já homologado, com o curso da Acadepol realizado e que não foram convocados. Qual a explicação? Será que é para ter mais um processo sem licitação? Será que é uma falta de respeito à lei 866? Quem tem que responder é o Sr. Secretário da Administração. Acho importante o debate das idéias, o debate dos problemas.

Mas, vamos ver a Secretaria da Agricultura do Estado: a Secretaria da Agricultura, Irrigação e Reforma Agrária só aplicou 19,05% do seu orçamento, até o dia 30/09/2008. Esse é um documento do governo do Estado, não é meu. Só se pode concluir, que o Exmº Sr. Secretário se licenciou para fazer política em Itabuna, e perdeu a eleição, fragorosamente, para o Capitão Azevedo, do nosso Partido, o Democratas, e também porque ele está vendo, desde o início do governo, para que o governo pudesse cooptar deputados, a sua secretaria sendo leiloada.

Então, é um colega, foi deputado estadual comigo, é deputado federal, foi prefeito de Itabuna, é um amigo que eu tenho, mas, Geraldo, não deixe que leiloem sua secretaria não. V.Exª é um homem de respeito. V.Exª tem qualidades, V.Exª é uma liderança, tanto que foi convidado, e é compadre do Presidente Lula. Então, peça demissão da Secretaria, não deixe que o nome da sua secretaria seja jogado a leilão, estão colocando a sua secretaria no pregão eletrônico.

Está aqui, Diário Oficial, datado de 16 de outubro de 2008.

(Lê) Dispensa e Inexigibilidade. Secretaria da Administração – SAEB. Resumo de Dispensa de Licitação Nº 01/2008 – SRH. Processo nº 0200080306376. Contratada: Fundação Carlos Chagas. Objeto: Prestação de serviços técnico-especializados visando à organização e realização de Concurso Público para seleção de candidatos ao Curso de Formação de Soldados da Polícia Militar. Vigência: Período de 12 (doze) meses, contados a partir da data de assinatura do contrato Valor estimado: R\$ 5.500.000,00 (cinco milhões e quinhentos mil reais).

Unidade Orçamentária: 09.004 - Unidade Gestora: 09.110 - Projeto/Atividade: 04.122.22-2.2909 .”

Mais uma dispensa de licitação do governo Jaques Wagner, publicada no Diário Oficial. Contra fatos não há argumentos.

Mas, se não bastasse esse pecado, essa burla da lei 866, vamos verificar que o gabinete do Sr. Governador teve uma aplicação de 13,41%, a Casa Militar do Sr. Governador 24,82%, a Secretaria da Administração 27,10%. Vamos puxar uma Secretaria importante, que é a Secretaria da Saúde, onde, até o momento, só foram aplicados 22,63% do orçamento da Secretaria.

Ora, temos denunciado desta Tribuna, de uma forma ética, de uma forma serena, não de uma forma sectária, a grave situação da saúde da população baiana,

principalmente dos pobres, dos negros e daqueles que não têm plano de saúde, porque quem é funcionário público tem Planserv. Nós, deputados, podemos pagar um plano de saúde. E a população humilde, a população pobre que procura os hospitais públicos, como o HGE, o Roberto Santos, o Menandro de Faria, enfim, toda a rede pública estadual? Ela fica parada nas emergências.

Tive oportunidade de ver, e aí falo como médico, deputada Virgínia, como pediatra, lá na cidade que V.Ex^a tão bem representa, Itapetinga, que a situação de saúde é grave. Qual foi o investimento, deputado Waldenor, V.Ex^a, que é representante da área, qual foi o investimento de saúde do Estado da Bahia, do governo Jaques Wagner, no município de Itapetinga? Lá só temos um hospital, que é o Hospital Cristo Redentor, da Santa Casa de Misericórdia, e faço um apelo em meu nome, em nome da população de Itapetinga, tenho certeza de que em nome da deputada Virgínia Hagge.

Fale com o secretário. Aquela população precisa de assistência. O Hospital Cristo Redentor está abandonado. Em vez de ele ficar indo para a imprensa criticar a política de saúde do prefeito João Henrique, que ele ajude a população do Sudoeste da Bahia, particularmente Macarani, Maiquinique, Itambé, Itororó e toda aquela região.

Deputado Waldenor, é um apelo que faço a V.Ex^a, que tem prestígio muito grande no governo: ajude-nos a melhorar a saúde na Bahia e peça ao Exm^o Sr. Secretário que, em vez de ficar participando de passeata do Colégio Marista, descubra quem matou Neylton, porque Neylton foi morto por queima de arquivo. Neylton foi morto dentro da Secretaria Municipal de Saúde por queima de arquivo, porque sabia demais. Ele sabia das falcatruas.

Concluo, Sr^a Presidente, em primeiro lugar, pedindo a V.Ex^a que me dê oportunidade de saudar esta juventude bonita da Bahia que nos dá a honra de estar aqui e pedir a V.Ex^a que decline a escola que representam. Este Parlamento precisa muito de vocês, para que vocês entendam que hoje estamos aqui para lutar pelo desenvolvimento econômico e social da Bahia.

Um beijo para vocês, digo isso como médico de criança que sou, médico pediatra. Estou deputado, mas pediatra eu sou. Beijo grande, parabéns pela presença de vocês e nossos sinceros agradecimentos. Tenho certeza de que falo em nome de todos os 63 deputados da Assembléia Legislativa.

Muito obrigado. (Palmas)

(Não foi revisto pelo orador.)

A Sr^a PRESIDENTA (Virgínia Hagge):- Gostaria de registrar a presença dos alunos da Escola Municipal de Mussurunga, que vêm nos visitar com o programa *A Escola e o Legislativo*. Sejam bem-vindos, estamos muito felizes com a presença de vocês.

Com a palavra o nobre Líder do governo e da Maioria, ou do Bloco Parlamentar PDT-PSC-PCdoB, para falar ou indicar orador.

O Sr. Waldenor Pereira:- Sr^a Presidente, falará por todo o tempo o valoroso deputado Álvaro Gomes.

A Sr^a PRESIDENTA (Virgínia Hagge):- Com a palavra o deputado Álvaro

Gomes, pelo tempo de 8 minutos.

O Sr. ÁLVARO GOMES:- Queria saudar todos os alunos de Mussurunga presentes à Assembléia Legislativa. É importante que esta Casa seja tomada diariamente pela presença dos estudantes, dos jovens e de todos os segmentos da sociedade, porque todas as questões que envolvem a situação do nosso estado passam necessariamente pela Assembléia Legislativa que é um poder que determina as mudanças, a situação do nosso Estado. Portanto, a população precisa acompanhar o seu trabalho. Temos grandes avanços nesse sentido com a TV Assembléia, que ainda é canal fechado, mas as pessoas podem ter acesso também a essas sessões plenárias ao vivo através da Internet. Todos os dias, pela tarde, e às quintas-feiras pela manhã, as pessoas podem ter acesso ao que está acontecendo aqui pela Internet. Isso é importante, mas precisamos avançar muito mais com um canal aberto de televisão, através do qual todos possam acompanhar o trabalho dos parlamentares, suas propostas, seus princípios, possam acompanhar o andamento dos trabalhos da Assembléia Legislativa.

Queria mais uma vez ressaltar o seguinte: a administração do governador Jaques Wagner incomoda muita gente. Incomoda, porque a situação da saúde está melhorando, o Programa Água para Todos já beneficiou mais de 1 milhão de pessoas, a primeira etapa do Programa Terra de Valor vai beneficiar 1 milhão e 300 mil pessoas, as mudanças estruturais que estão sendo implementadas na infra-estrutura incomoda muita gente. Paciência. Fazer o quê? Temos de dar sustentação a essas mudanças para melhorar a vida das pessoas.

O que o governador Jaques Wagner vem fazendo na Bahia é exatamente a mesma coisa que o presidente Lula vem fazendo no Brasil com a redução das desigualdades sociais. Temos hoje o menor índice de desemprego dos últimos anos, apesar de o desemprego ainda ser muito grande. O presidente Lula já gerou 7 milhões de novos empregos, já reduziu em 10 milhões o número de pessoas que se encontravam abaixo da linha de pobreza, 20 milhões de pessoas migraram das classes D e E para a classe C. Então, O que o presidente Lula está fazendo no Brasil, o governador Jaques Wagner está fazendo na Bahia, melhorando as condições de vida da população.

O Sr. Heraldo Rocha:- Precisa fazer, deputado. Ainda não está fazendo.

O Sr. ÁLVARO GOMES:- Naturalmente, isso incomoda. Claro. Melhorar as condições de vida das pessoas incomoda principalmente àqueles segmentos que são escravos da miséria, da opressão e da exploração do nosso povo. Esses segmentos que são escravos dessa população, ou seja, são dependentes dessa população, ficam incomodados. Na medida em que o governo toma medidas estruturantes para que as pessoas adquiram o seu emprego, para que as pessoas tenham saúde, educação, moradia, na época da eleição, esses segmentos não vão poder comprar a consciência daqueles que estão desempregados, que estão morrendo de fome.

Portanto, melhorar as condições de vida das pessoas incomoda a uma parte da sociedade, à elite, aos exploradores, aos escravos, aos dependentes da miséria popular. Paciência. Fazer o quê? Vamos melhorar a vida das pessoas e ter paciência. Vamos deixar o pessoal falar. Esses segmentos podem falar à vontade.

O Sr. Heraldo Rocha:- A saúde vai bem?

O Sr. ÁLVARO GOMES:- A saúde está melhorando consideravelmente.

O Sr. Heraldo Rocha:- Vá no HGE.

O Sr. ÁLVARO GOMES:- Gostaria de tocar num outro assunto. A Justiça Federal do Pará tomou uma decisão importante numa ação movida pelo Ministério Público. Essa ação proíbe a venda casada que a Oi/Telemar faz dos serviços de acesso à Internet Banda Larga casada com a linha telefônica, com provedor, etc. Então, o Ministério Público ingressou com uma ação lá no Pará e conseguiu uma decisão favorável, ou seja, a Oi está proibida de fazer a venda casada desses serviços. Se o consumidor quiser apenas o acesso à Internet, sem o provedor, terá esse direito, e a tecnologia permite que ele tenha esse direito.

Ingressamos aqui na Assembléia Legislativa com vários projetos nessa mesma linha de luta contra os abusos das empresas de telefonia e, também, com ações na Justiça nesse mesmo sentido. Em alguns casos, obtivemos resultados favoráveis, em outros, ainda estamos aguardando os desdobramentos, mas é importante a luta contra os abusos das empresas de telefonia e também de acesso à Internet, porque telefone hoje não é luxo, é uma necessidade de toda cidadã e todo cidadão, Internet não é luxo, é um direito, uma necessidade de toda cidadã e todo cidadão. As empresas de telefonia se apoderam da tecnologia e buscam explorar os consumidores. O exemplo mais concreto que nós temos...

(Os deputados Heraldo Rocha e Paulo Azi se manifestam fora do microfone.)

O Sr. ÁLVARO GOMES:- O projeto está aqui em discussão. Nós vamos votar, claro que vamos votar e aprová-lo com o voto da Oposição. V.Ex^{as} foram contrários, mas fizeram a autocrítica e, naturalmente, irão votar favoravelmente agora, sem dúvida. O projeto está em tramitação. Não abro mão de esse projeto ser discutido, debatido e votado aqui, favorável ou contrariamente, mas tem que ser debatido, discutido e votado, porque a Assembléia Legislativa é isso aí.

Portanto, eu queria dizer que essa decisão do Pará é importante e nós aqui também estamos tomando providências nesse mesmo sentido. Temos outras iniciativas semelhantes, mas, nesse caso específico, o Ministério Público oferece elementos para que aqui na Bahia também tomemos iniciativa nesse sentido. E nós vamos tomá-la através do Iapaz – Instituto de Estudos e Ação pela Paz com Justiça Social, porque só conseguimos a paz as pessoas tendo acesso aos direitos mínimos. (Palmas) Portanto, vamos à luta até a vitória!

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. Waldenor Pereira:- Sr. Presidente, questão de ordem.

O Sr. PRESIDENTE(Rogério Andrade):- Questão de ordem do nobre Líder do governo, deputado Waldenor Pereira.

O Sr. Waldenor Pereira:- Sr. Presidente, em comum acordo com o deputado Heraldo Rocha, que ora exerce a Liderança da Minoria, gostaria de solicitar uma verificação de quórum para continuidade da sessão.

O Sr. PRESIDENTE(Rogério Andrade):- A questão de ordem de V.Ex^a será atendida.

Solicito ao Sr. 1º Secretário que, por gentileza, verifique o quórum para continuidade da sessão.

(O Sr. 1º Secretário *ad hoc*, deputado João Bonfim, procede à verificação do quórum.)

O Sr. PRESIDENTE(Rogério Andrade):- Não havendo número suficiente para continuidade da sessão, em nome Deus, a declaro encerrada.

*Informamos que as Sessões Plenárias se encontram na internet no endereço <http://www.al.ba.gov.br/sessoes.cfm>. Acesse ao caminho **Atividades Parlamentares - Sessões Plenárias** e leia-as na íntegra.*